



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura

FILAC



FONDO PARA EL DESARROLLO  
DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE  
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE



©LOL KOÓPTE/ Fernanda López

Mulheres maias da Cooperativa Lol Koópte', Ejido Petcacab, México.

## RESUMO EXECUTIVO

# Os povos indígenas e tribais e a governança florestal

Uma oportunidade para a **ação climática** na América Latina e no Caribe



©FAO/ Maurício Mireles

Território indígena no cantón de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.

## MENSAGENS IMPORTANTES

As florestas em territórios indígenas e tribais na América Latina e no Caribe desempenham um papel decisivo nas ações de mitigação do clima em escala local, regional e global.



Os fatores culturais, geográficos, econômicos e políticos que ajudaram a preservar essas florestas estão mudando rapidamente, com consequências ambientais e sociais potencialmente desastrosas. A pandemia da COVID-19 exacerbou essas tendências negativas.



Compensar os povos indígenas e tribais pelos serviços ambientais prestados por seus territórios, e facilitar o manejo florestal comunitário e a agrofloresta, são soluções economicamente viáveis com benefícios de longo prazo para o desenvolvimento rural e o meio ambiente.



Os governos nacionais, a comunidade internacional e os atores devem fortalecer sua colaboração com os povos indígenas e tribais para melhorar a governança de seus territórios e garantir seus direitos coletivos à terra.



A reafirmação e a revitalização das culturas indígenas e tribais e do conhecimento ancestral, o fortalecimento das organizações dos povos indígenas e tribais e a plena participação de mulheres e jovens indígenas e tribais nos processos decisórios são componentes essenciais desses esforços.

Este documento resume um relatório técnico mais longo com o mesmo título, que pode ser consultado para obter mais detalhes, incluindo uma lista completa de referências.

## DEFINIÇÕES

### Povos indígenas

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é orientada pelos seguintes critérios ao lidar com questões de povos indígenas:

- Prioridade ao longo do tempo em termos de ocupação e uso de um determinado território.
- A perpetuação voluntária da distinção cultural, que pode incluir aspectos de idioma, organização social, religião e valores espirituais, modos de produção, leis e instituições.
- Consciência da própria identidade, bem como seu reconhecimento por outros grupos ou por autoridades estatais como uma coletividade distinta.
- Uma experiência de subjugação, marginalização, desapropriação, exclusão ou discriminação, independentemente de essas condições persistirem ou não.

### Povos tribais

Um povo tribal é “um povo que não é nativo da região [que habita], mas que compartilha características semelhantes às dos povos indígenas, como ter tradições sociais, culturais e econômicas distintas de outros setores da comunidade nacional, identificar-se com seus territórios ancestrais e ser regulado, pelo menos parcialmente, por suas próprias normas, costumes ou tradições” (Corte Interamericana de Direitos Humanos).

### Territórios

**Uma área que pertence ou é controlada por alguém é conhecida como território.** Em um território comunal indígena ou tribal, as pessoas se identificam como indígenas e tribais e administram alguns de seus recursos naturais coletivamente. Os governos nacionais às vezes reconhecem seu direito de fazer isso, às vezes não. Normalmente, as atividades econômicas comunitárias e familiares coexistem nesses territórios.

## INTRODUÇÃO

Os povos indígenas e tribais controlam cerca de um terço das florestas da América Latina e do Caribe. O apoio a seus esforços para controlar, gerenciar de forma sustentável e se beneficiar dessas florestas pode contribuir muito para resolver os problemas de mudança climática, perda de diversidade biológica e cultural, pobreza rural e insegurança alimentar.

**Este resumo executivo explica por que é importante apoiá-los e o que precisa ser feito.** As florestas ajudam a estabilizar o clima regional e global, contêm imensas riquezas biológicas e são o lar de culturas imemoriais. Elas já foram bem protegidas, mas agora estão sob crescente ameaça. Para garantir que essas florestas e seus habitantes sobrevivam e prosperem por muitos anos, os financiadores, governos e outros atores devem trabalhar lado a lado com os povos indígenas e tribais para fortalecer

Mulher maia Q'eqchi', parteira comunitária (assiste a partos) que também atravessa as florestas para realizar seu trabalho, Guatemala.



seus direitos à terra, revitalizar suas culturas e conhecimentos tradicionais, fornecer meios e incentivos para gerenciar suas florestas e fortalecer suas organizações e a governança em geral.

Em suma, este resumo:

- Explica por que os esforços devem ser priorizados para proteger as florestas e as culturas dos territórios e melhorar sua governança e o bem-estar de seus povos.
- Apresenta três casos – Brasil, Equador e México – como boas práticas de políticas e programas que favorecem a governança florestal dos povos indígenas e tribais.
- Identifica áreas prioritárias para investimentos e reformas de políticas necessárias para fortalecer a governança dos territórios e das florestas dos povos indígenas e tribais que eles abrigam.

Guerreiro awajun em sua comunidade na selva peruana. Loreto, Peru.



## Por que é uma prioridade apoiar a governança florestal por povos indígenas e tribais?

### CLIMA

Os povos indígenas e tribais da América Latina e do Caribe administram entre 330 e 380 milhões de hectares de florestas (Fa *et al.*, 2020), uma área mais de três vezes o tamanho da Colômbia. Essas florestas contêm mais de um oitavo do carbono total armazenado nas florestas tropicais do mundo (Saatchi *et al.*, 2011; Frechette *et al.*, 2018). Nem a Indonésia nem a República Democrática do Congo, os dois países com as maiores florestas tropicais do mundo depois do Brasil, podem se igualar a isso.

A perda de uma grande parte dessas florestas indígenas e tribais mudaria o clima regional e global de forma fundamental.

### BIODIVERSIDADE

Essas florestas também abrigam uma grande proporção de espécies vegetais e animais globalmente ameaçadas. Quase metade (45%) das grandes florestas não perturbadas da Bacia Amazônica está dentro de territórios indígenas (Fernández-Llamazares *et al.*, 2020). Os territórios indígenas do Brasil têm mais espécies de vertebrados do que todas as áreas protegidas não indígenas juntas (Schuster *et al.*, 2020) e mais de 60% das espécies de vertebrados e plantas no Estado Plurinacional da Bolívia podem ser encontradas nos territórios indígenas de Tacana e Leco de Apolo (Salinas *et al.*, 2017).

### VULNERABILIDAD

Centenas de povos indígenas e tribais vivem dentro ou perto dessas florestas e dependem delas para se alimentar, nutrir e, mais importante, sobreviver. São povos culturalmente ricos – incluindo uma diversidade de idiomas, tradições e conhecimento local – embora com renda muito baixa e acesso

muito limitado a serviços. Apenas 43% das pessoas com 15 anos ou mais pesquisadas durante a última rodada de censos tinham concluído o ensino fundamental e apenas 56% tinham acesso à eletricidade (Thiede e Gray, 2020).

## BONS GUARDIÕES

As florestas da maioria dos povos indígenas e tribais estão bem preservadas e, até recentemente, não estavam ameaçadas. Em praticamente todos os países da América Latina, os territórios indígenas e tribais têm taxas de desmatamento mais baixas. Embora os territórios indígenas cubram 28% da Bacia Amazônica, eles geraram apenas 2,6% das emissões de carbono relacionadas à destruição de florestas na região (Walker *et al.*, 2020). Os povos indígenas e tribais não se dedicam à pecuária extensiva ou à agricultura mecanizada, duas das principais causas da perda de florestas na região. Muitas de suas florestas eram remotas e de difícil acesso a partir de áreas mais densamente povoadas. A América Latina foi uma região pioneira no reconhecimento dos direitos à terra comunal dos povos indígenas e tribais, no manejo florestal comunitário e nos pagamentos por serviços ambientais, e essas políticas ajudaram a proteger as florestas indígenas e tribais.

## BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

As baixas emissões de carbono dos territórios indígenas e tribais criam oportunidades econômicas e ambientais substanciais. Entre 2000 e 2012, os territórios indígenas titulados na Amazônia boliviana, brasileira e colombiana tiveram emissões de carbono entre 42,8 e 49,7 milhões de toneladas métricas menores do que outras áreas amazônicas com condições ambientais e acesso ao mercado semelhante. Essa diferença nas emissões é equivalente a retirar entre 9 e 12,6 milhões de veículos das estradas em um ano. Estima-se que o valor presente líquido da manutenção dessa diferença nas emissões por vinte anos seria entre US\$ 25 e 34 bilhões (Ding *et al.*, 2016).

## AMEAÇAS NOVAS

Infelizmente, as ameaças aos territórios indígenas e tribais têm aumentado em um ritmo acelerado. A crescente demanda por alimentos, energia, minerais e madeira e os investimentos em infraestrutura incentivam grupos externos a tentar capturar os recursos naturais dos territórios. Alguns estados não são tão favoráveis à restituição e ao reconhecimento dos direitos indígenas à terra, ao manejo florestal comunitário e aos pagamentos por serviços ambientais. Em muitos lugares, mecanismos tradicionais de governança, costumes e conhecimento local se desgastaram. A pandemia da COVID-19 exacerbou esses problemas, pois afeta desproporcionalmente os povos indígenas e tribais e limita seu acesso a mercados e serviços.

Colégio Acadêmico Indígena de Sepecue, n o Cantón de Talamanca, província de Limón, Costa Rica.



## DESTRUIÇÃO FLORESTAL E VIOLÊNCIA

Essas ameaças levaram ao aumento da perda florestal e dos conflitos. A taxa anual de desmatamento nos territórios indígenas do Brasil aumentou de 10 337 hectares em 2017 para 42 697 hectares em 2019 (ISA, Comissão Arns e Conecta, 2020). Entre 2000 e 2016, a área de florestas grandes, compactas e pouco perturbadas dentro dos territórios diminuiu 20% no Estado Plurinacional da Bolívia; 30% em Honduras; 42% na Nicarágua; e 59% no Paraguai (Fa *et al.*, 2020). Quase um quarto da área dos territórios indígenas e tribais na Bacia Amazônica se sobrepõe às concessões de mineração e petróleo. Entre 2015 e a primeira parte de 2019, 232 líderes de comunidades indígenas foram mortos na região em disputas por terras e outros recursos naturais (CEPAL e FILAC, 2020).

## ACCESO A FINANCIAMIENTO CLIMÁTICO

Para reverter essas tendências negativas, são necessários maior financiamento e reformas políticas para melhorar a governança nos territórios indígenas e tribais. Essas medidas oferecem opções econômicas para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, conservar a diversidade biológica e cultural, reduzir a pobreza e a insegurança alimentar e evitar conflitos sociais.

## TRÊS CASOS DE BOAS PRÁTICAS NA AMÉRICA LATINA

### CASO 1

#### **Manejo florestal comunitário no México: o ejido Petcacab em Quintana Roo**

Na década de 1980, o México foi pioneiro em políticas para promover empresas comunitárias que produziam madeira e outros produtos florestais. O governo eliminou as concessões florestais anteriores e forneceu apoio técnico e financiamento para que as comunidades pudessem gerenciar suas próprias florestas.

Como resultado, a comunidade maia de Petcacab, em Quintana Roo, vem colhendo sua madeira de forma sustentável há quase quarenta anos. Petcacab possui 51 176 hectares, e 80% são cobertos por florestas. Em 2016, a comunidade vendeu 1,7 milhão de dólares americanos em produtos florestais.

Essa experiência demonstra que as políticas que promovem o manejo florestal comunitário indígena podem conservar as florestas e proporcionar meios de subsistência em uma escala significativa. Isso requer a garantia de direitos sobre a terra e a floresta, além de investimentos públicos, políticas regulatórias favoráveis e serviços de apoio.

Mulher maia trabalhando com madeira. Cooperativa Lol Koópte', Ejido Petcacab, México.



**CASO 2****Pagamento por serviços ambientais no Equador: o programa Socio Bosque**

O Equador é um dos seis países latino-americanos que remuneram suas comunidades indígenas para cuidar das florestas. Em 2008, o país criou o programa Socio Bosque para conservar as florestas, reduzir as emissões e melhorar o bem-estar rural. O Socio Bosque fornece fundos às comunidades para a implementação de projetos locais. Em troca, as comunidades concordam em não plantar, colher madeira ou caçar em uma determinada área por 20 anos. Até o momento, 196 comunidades receberam pagamentos para conservar 1 450 000 hectares.

Entre 2008 e 2016, as taxas médias de desmatamento nos distritos onde a Socio Bosque opera caíram mais de 80%, em comparação com os anos anteriores, enquanto nos outros distritos do país elas aumentaram. A grande maioria dos moradores pesquisados recentemente apoia o envolvimento de suas comunidades no Socio Bosque. Eles dizem que o programa reduz a invasão de seus territórios, melhora a transparência e a responsabilidade das organizações locais, aumenta a participação em atividades voluntárias comunitárias e melhora as cadeias de valor locais.

Pagar territórios indígenas por serviços ambientais é diferente de pagar agricultores individuais. Esses programas devem enfatizar o fortalecimento da governança territorial e da capacidade de ação coletiva, e não apenas compensar os participantes pelo dinheiro que perdem por não desmatarem para expandir suas atividades agrícolas.

Vista aérea do território indígena Pirititi, Roraima, Brasil.



**CASO 3****O manejo Indígena dos incêndios no Brasil: o Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Terras Indígenas (PREVFOGO)**

Os povos indígenas do Cerrado e das planícies da América do Sul usam o fogo há mais de 4 000 anos para reciclar nutrientes, caçar, pescar, controlar pragas e cobras, induzir a floração, realizar cerimônias, abrir trilhas e evitar o acúmulo de material combustível. Esse conhecimento tradicional de como gerenciar incêndios é usado para proteger as florestas.

Em 2014, o Brasil adotou uma política de gestão de incêndios que reconhece os benefícios das práticas indígenas de gestão de incêndios, como as queimadas controladas, e estabeleceu um programa separado de manejo de incêndios para territórios indígenas e quilombolas (PREVFOGO) para atender a uma área de mais de 17 milhões de hectares.

O PREVFOGO baseou-se, em parte, em uma colaboração anterior no Mato Grosso entre o governo e os anciãos indígenas para projetar um plano de gerenciamento de incêndios que incorporasse o conhecimento tradicional. Em seus primeiros três anos de operação, o PREVFOGO reduziu em mais de 50% os incêndios em três grandes territórios durante a última parte da estação seca.

Os diálogos interculturais entre funcionários públicos e comunidades indígenas podem enriquecer as políticas governamentais. Não é fácil superar séculos de preconceito em relação às comunidades, culturas e práticas tradicionais, mas todos se beneficiam quando isso acontece.

Brigadas indígenas de PREVFOGO coordenam ações com a comunidade de Porquinhos, Maranhão, Brasil.



## RECOMENDAÇÕES

### FORTALECER OS DIREITOS TERRITORIAIS

Vários estudos sobre o Estado Plurinacional da Bolívia, o Brasil, a Colômbia e o Panamá mostram que a concessão de títulos de terra ou outros tipos de direitos formais sobre a terra reduz o desmatamento. Embora os países da América Latina e do Caribe tenham feito mais progressos do que a África e a Ásia no reconhecimento desses direitos à terra, **os governos devem ser ainda mais vigorosos e redobrar todos os esforços para reconhecer os direitos à terra comunal dos povos indígenas e tribais** sobre as dezenas de milhões de hectares sem reconhecimento formal de seus direitos. **Eles também devem fazer mais para resolver os conflitos que surgem quando vários atores reivindicam a mesma terra e para impedir a invasão ilegal de terras comunitárias e ataques a líderes indígenas e tribais.** Além disso, quase metade da área ocupada por povos indígenas na América Latina foi designada como área protegida (Garnett et al., 2018). Embora esse título ajude a evitar o desmatamento nessas áreas, em muitos casos as áreas protegidas foram estabelecidas sem a permissão dos povos indígenas ou tribais, o que **viola seu direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado.** Além disso, uma grande proporção de territórios indígenas e tribais se sobrepõe a concessões de mineração e petróleo, que causam muita degradação florestal nesses territórios e são frequentemente concedidas sem respeitar o direito das comunidades ao Consentimento Livre, Prévio e Informado.

### COMPENSAR COM PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

As crescentes ameaças às florestas, às culturas e à segurança física dos territórios indígenas e tribais merecem uma resposta abrangente e vigorosa. **Pagar às comunidades indígenas e tribais pelos serviços ambientais que elas prestam em seus**



©FAO/ Mauricio Mireles

Vestimenta tradicional do povo indígena Guna, Território Indígena Púculo, província de Darién, Panamá.

**territórios reduziu o desmatamento no Equador, México, Peru e em outros lugares.** As comunidades usam esses pagamentos para financiar infraestrutura, serviços e cadeias de valor locais, bem como atividades culturais e de proteção florestal.

**Os financiadores devem aumentar seus programas para compensar as comunidades indígenas e tribais por suas contribuições à estabilidade climática e à conservação da natureza.** Esses programas precisam ser elaborados com o objetivo de fortalecer a governança, a identidade cultural, a coesão social, as cadeias de valor sustentáveis e o manejo florestal comunitário.

### **PROMOVER O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO**

O manejo florestal comunitário permitiu que centenas de comunidades indígenas ganhassem dinheiro e mantivessem milhões de hectares de floresta. Entretanto, o manejo florestal comunitário poderia fazer muito mais do que tem feito até agora, tanto em termos de conservação da floresta quanto de bem-estar da comunidade. Para isso, não basta pagar às comunidades para que não desmatem, é urgente criar **um ambiente regulatório**

favorável e sensível às questões culturais e implementar medidas para superar obstáculos financeiros, comerciais, técnicos e gerenciais.

### REAFIRMAR AS CULTURAS E O CONHECIMENTO TRADICIONAL

O sucesso dos povos indígenas e tribais e de seus territórios, bem como de suas instituições locais, empresas comunitárias e manejo florestal, depende, em grande parte, da existência de culturas vibrantes, identidades e autoestima fortes e conhecimento tradicional profundo sobre seus contextos locais. **O conhecimento tradicional indígena e tribal pode ajudar a gerenciar melhor as florestas; de fato, há evidências que sugerem que as comunidades com maior conhecimento ecológico tradicional conservam melhor as florestas.** Portanto, a revitalização e a reafirmação do conhecimento e das culturas tradicionais podem proteger as florestas, reduzir as emissões e conservar a biodiversidade.

### APOIAR A GOVERNANÇA TERRITORIAL

Tudo isso exige o fortalecimento da governança territorial e das organizações indígenas e tribais. A nova geração de líderes indígenas e tribais e seus assessores precisam ser capazes de se relacionar bem com grupos externos, melhorar suas habilidades gerenciais, técnicas e administrativas e prestar contas às comunidades que representam. **Isso só é possível com a participação plena e igualitária de mulheres e jovens.**

Por fim, é urgente que as agências internacionais e nacionais invistam centenas de milhões de dólares adicionais todos os anos para fortalecer os direitos à terra comunitária, compensar os serviços ambientais, facilitar o manejo florestal comunitário, revitalizar as culturas e o conhecimento tradicional, melhorar a governança territorial e fortalecer as organizações indígenas e tribais. Esses investimentos oferecem uma opção econômica e rentável para reduzir as emissões de carbono, conservar a diversidade biológica e cultural e proporcionar meios de subsistência rurais.



©FAO/ Mauricio Mireles

Mulher indígena do povo Guna, território indígena de Púcuro, província de Darién, Panamá.

## CONCLUSÕES

Em um momento em que a América Latina e o Caribe enfrentam uma das piores crises sanitárias, econômicas e humanitárias de sua história por causa da COVID-19, as mudanças climáticas podem parecer distantes. Mas a verdade é que as mudanças climáticas ameaçam ser tão, ou mais, perigosas do que a própria pandemia.

Se aprendemos alguma coisa com a situação atual, é que não podemos nos dar ao luxo de ignorar os avisos da ciência sobre os riscos iminentes e que os custos de superar essa catástrofe podem ser muito maiores do que os custos de preveni-la e mitigá-la. Mesmo assim, com uma crise econômica tão profunda, nenhum país do continente terá a capacidade de redirecionar os fundos (reivindicados para a saúde pós-pandemia, recuperação social e econômica) para esforços puramente climáticos. No que será um enorme esforço coletivo em termos de criatividade e inovação, precisaremos encontrar políticas e investimentos que nos ajudem a nos recuperar da pandemia e, ao mesmo tempo, contribuam para a mitigação e adaptação à crise climática.

Trabalhar com os povos indígenas e tribais do continente para proteger as florestas em seus territórios atende a esses critérios. Eles são ricos em cultura, conhecimento e ativos naturais, mas também estão entre os mais pobres em termos de renda e serviços, e entre os mais afetados pela pandemia em termos de saúde e economia. Ajudá-los a proteger e gerenciar suas florestas restauraria ou criaria centenas de milhares de empregos florestais, agroflorestais, turísticos, educacionais e culturais, e evitaria a possibilidade de novas pandemias, além de outros benefícios sociais, ambientais e culturais.

Também oferece o potencial de mobilizar centenas de milhões de dólares americanos por ano de fontes internacionais, pois as evidências mostram que cuidar dessas florestas é uma das maneiras mais baratas de evitar emissões de dióxido de carbono, uma missão que foi assumida por todo o planeta.

## REFERENCIAS

- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América Latina y el Caribe (FILAC). 2020.** *Los pueblos indígenas de América Latina - Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial.* Santiago. CEPAL. (disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45664-pueblos-indigenas-america-latina-abya-yala-la-agenda-2030-desarrollo-sostenible>).
- Corte Interamericana de Derechos Humanos. 2007.** *Caso do Povo Saramaka v. Suriname. Sentença de 28 de novembro de 2007 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas).* Serie C. no. 172. (disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_172\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_172_por.pdf)).
- Ding, H., Veit, P. G., Blackman, A., Gray, E., Reytar, K., Altamirano, J. C. y Hodgdon, B. 2016.** *Climate Benefits, Tenure Costs: The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights in the Amazon.* Washington D. C. World Resources Institute (WRI). (disponível em: <https://www.wri.org/publication/climate-benefits-tenure-costs#:~:text=The%20Economic%20Case%20For%20Securing%20Indigenous%20Land%20Rights%20in%20the%20Amazon&text=A%20new%20report%20offers%20evidence,and%20the%20world's%20changing%20climate>).
- Fa, J. E., Watson, J. E. M., Leiper, I., Potapov, P., Evans, T. D., Burgess, N. D., Molnár, Z., Fernández-Llamazares, Á., Duncan, T., Wang, S., Austin, B. J., Jonas, H., Robinson, C. J., Malmer, P., Zander, K. K., Jackson, M. V., Ellis, E., Brondizio, E. S. y Garnett, S. T. 2020.** Importance of Indigenous Peoples' Land for the Conservation of Intact Forest Landscapes. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 18(3): 135-140. (disponível em: [http://ecotope.org/people/ellis/papers/fa\\_2020.pdf](http://ecotope.org/people/ellis/papers/fa_2020.pdf)).
- Fernández-Llamazares, Á., Terraube, J., Gavin, M. C., Pyhälä, A., Siani, S. M. O., Cabeza, M. y Brondizio, E. S. 2020.** Reframing the Wilderness Concept can Bolster Collaborative Conservation. *Trends in Ecology & Evolution*, 35(9): 750-753. (disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2020.06.005>).
- Frechette, A., Ginsburg, C. y Walker, W. 2018.** *A Global Baseline of Carbon Storage in Collective Lands: Indigenous and Local Community Contributions to Climate Change Mitigation.* Washington D. C. Rights and Resources Initiative (RRI), Woods Hole Research Center (WHRC), World Resources Institute (WRI). (disponível em: [https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2018/09/A-Global-Baseline\\_RRI\\_Sept-2018.pdf](https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2018/09/A-Global-Baseline_RRI_Sept-2018.pdf)).

**Instituto Socioambiental (ISA), Comissão Arns y Conectas Direitos Humanos. 2020.** *Ameaças e violação de direitos humanos no Brasil: povos indígenas isolados*. Brasil.

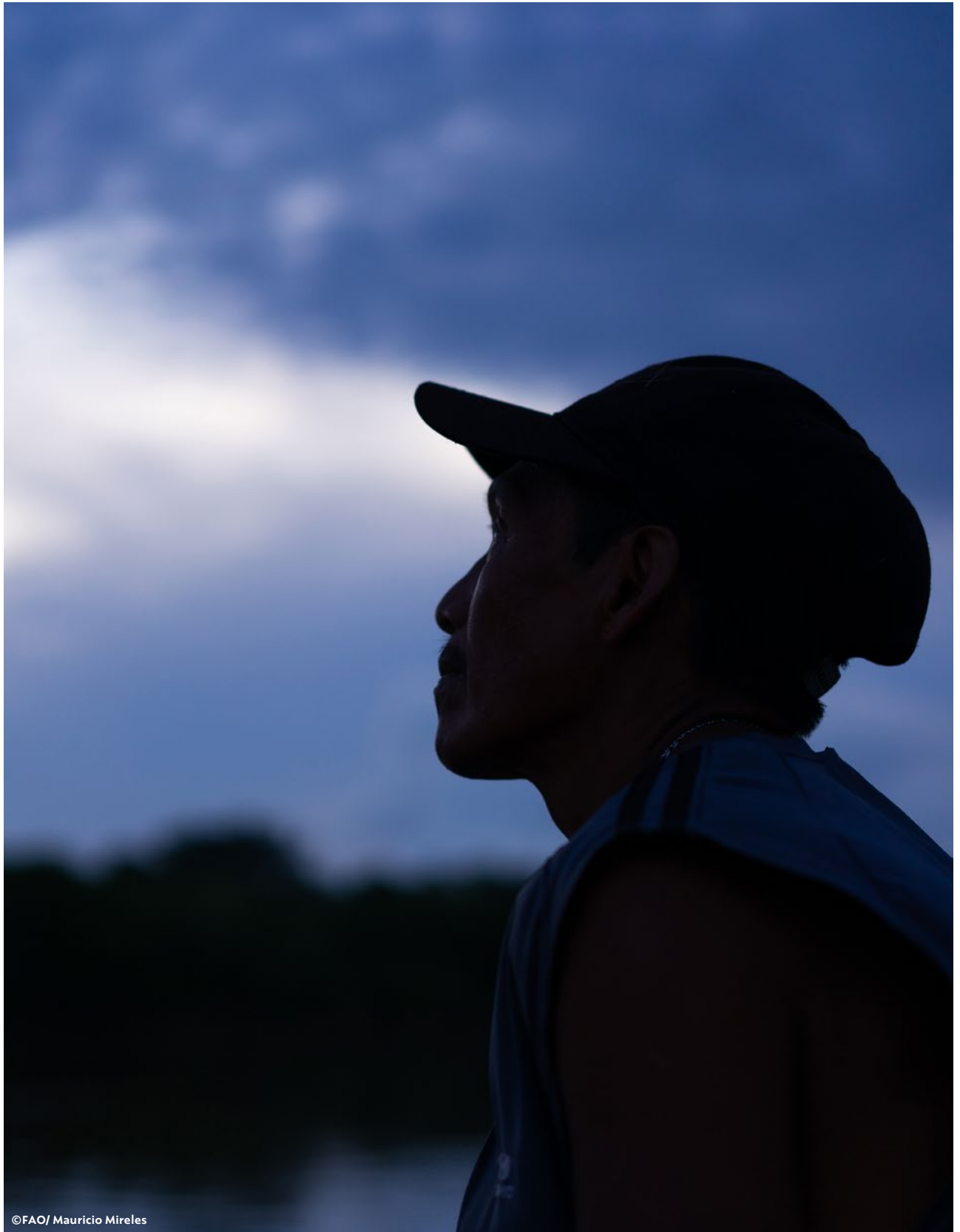
**Saatchi, S. S., Harris, N. L., Brown, S., Lefsky, M., Mitchard, E. T. A., Salas, W., Zutta, B. R., Buermann, W., Lewis, S. L., Hagen, S., Petrova, S., White, L., Silman, M. y Morel, A. 2011.** Benchmark map of forest carbon stocks in tropical regions across three continents. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 108(24): 9899-9904. (disponible em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1019576108>).

**Salinas, E., Wallace, R., Painter, L., Lehm, Z., Loayza, O., Pabón, C. y Ramírez, A. 2017.** *El valor ambiental, económico y sociocultural de la gestión territorial indígena en el Gran Paisaje Madidi. Resumen ejecutivo*. CIPTA, CIPLA y WCS. La Paz, Bolívia.

**Schuster, R., Germain, R. R., Bennett, J. R., Reo, N. J. y Arecese, P. 2019.** Vertebrate biodiversity on indigenous-managed lands in Australia, Brazil, and Canada equals that in protected areas. *Environmental Science and Policy*, 101: 1-6. (disponible em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2019.07.002>).

**Thiede, B. C. y Gray, C. 2020.** Characterizing the indigenous forest peoples of Latin America: Results from census data. *World Development*, 125: 1-14. (disponible em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.104685>).

**Walker, W. S., Gorelik, S. R., Baccini, A., Aragón-Osej, J. L., Josse, C., Meyer, C., Macedo, M. N., Augusto, C., Ríos, S., Katan Jua, T. P., Almeida, A., Cuéllar, S., Llanos, A., Zager, I., Mirabal Díaz, J. G., Solvik, K. K., Farina, M. K., Moutinho, P. y Schwartzman, S. 2020.** The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*, 117(6): 3015-3025. (disponible em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1913321117>).



©FAO/ Maurício Míreles

Líder nativo do povo Guna, território indígena Púculo, província de Darién, Panamá.

FAO e FILAC. 2023. *Os povos indígenas e tribais e a governança florestal. Uma oportunidade para a ação climática na América Latina e no Caribe. Santiago.*



Alguns direitos reservados. Este trabalho está licenciado sob uma licença de CC BY-NC-SA 3.0 IGO